



PLANO DE
AÇÃO
e
RELATÓRIO
ANUAL
2022/23

1

Autores:

Francisco Teixeira | APA

Helena Gil | DGE

Cristina Girão Vieira | ICNF, I.P.

Isabel Vicente | DGEstE

Lurdes Soares | APA

Sílvia Castro | DGE

Índice

1- INTRODUÇÃO.....	4
2- ENQUADRAMENTO	5
<i>Instrumentos estratégicos</i>	5
<i>Cooperação entre as tutelas do Ambiente e da Educação.....</i>	8
3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	10
<i>Direção-Geral da Educação.....</i>	10
<i>Agência Portuguesa do Ambiente.....</i>	12
<i>ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.....</i>	13
<i>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.....</i>	14
4 - PLANO DE AÇÃO DO GTEAS	16
5 - REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE.....	21
<i>Processo de candidatura</i>	21
<i>Rede de docentes 2022-23.....</i>	23
6 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES	24
❖ <i>Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS</i>	24
❖ <i>Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades.....</i>	24
❖ <i>Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....</i>	35
❖ <i>Divulgação e dinamização ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</i>	43
❖ <i>Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação.....</i>	43
❖ <i>Integração no "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas</i>	45
❖ <i>Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2022/23.....</i>	45
7 - AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE	48
8 - CONCLUSÕES.....	49

1- INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS) tem por missão o acompanhamento das ações previstas no protocolo de cooperação estabelecido entre as tutelas da Educação e do Ambiente. Foi criado pelo Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, no seguimento do protocolo de cooperação estabelecido entre o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Educação.

O GT é composto por dois representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Francisco Teixeira e Lurdes Soares, duas representantes da Direção-Geral da Educação (DGE), Helena Gil e Sílvia Castro, uma representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), Cristina Girão Vieira, e uma representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Isabel Vicente. A coordenação conjunta está a cargo de Francisco Teixeira e de Helena Gil.

O Grupo de Trabalho deve submeter às respetivas tutelas a proposta de plano de ação anual e o respetivo balanço, que se materializa através do presente documento.

O Plano de Ação, à semelhança dos anos anteriores, é parte integrante do presente relatório.

2- ENQUADRAMENTO

Instrumentos estratégicos

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS), fixados pela ONU, definem as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030, e procuram “*mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns*” in <https://ods.pt/ods/>. A Agenda 2030 é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ser implementados por todos os países, sendo assumidos como vetores de orientação das diferentes estratégias e medidas políticas nacionais.

A educação ambiental (EA), tendo em conta esta agenda, deve basear-se numa dinâmica de continuidade e numa responsabilidade alargada, pelo que é indispensável que os compromissos nacionais assumidos assentem em medidas que reflitam uma ação contínua “*para apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, sem o qual será impossível fazer face à emergência climática e à perda galopante de biodiversidade*”¹

A **Estratégia Nacional de Educação Ambiental** (ENEA), proposta pelas tutelas do Ambiente e da Educação e assumida pelo governo português, procura “*Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana*” (in ENEA, p. 14).

Enquadrando-se nos três pilares centrais da política ambiental nacional, isto é, *descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território*, a ENEA constitui-se, ainda, como oportunidade para valorizar o reconhecido trabalho já desenvolvido por diversas entidades em EA, agregando novos atores e fomentando parcerias. Para esse efeito, reconhecendo-se a necessidade de um funcionamento em políticas públicas preventivas, foi concretizado um conjunto de medidas e ações enquadradas pelos objetivos estratégicos, *Educação Ambiental + Transversal*, *Educação Ambiental + Aberta*, *Educação Ambiental + Participada*.

Através dos seus três eixos temáticos a ENEA permite *abordar* 12 temas chave: Clima; Eficiência Energética; Mobilidade Sustentável; Desmaterialização, Economia Colaborativa e Consumo Sustentável; Conceção de Produtos e Uso Eficiente de Recursos; Valorização de Resíduos; Ordenamento do Território; Mar e Litoral; Água; Valores Naturais; Paisagem; Ar e Ruído.

¹ in <https://ods.pt/ods/>

Desde 2017, enquanto documento estratégico, a ENEA beneficiou da publicação de 14 Avisos do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC) e do POSEUR, que garantiram o cofinanciamento de uma diversidade de projetos/iniciativas de EA em todo o território.

Estes avisos abrangeram um vasto painel temático, que não só procurou criar oportunidades para trabalhar distintas questões ambientais como esteve ao alcance de diversos agentes, desde empresas, escolas, universidades, autarquias, sociedade civil, entre outras.

Com a ENEA procura-se concorrer de forma decisiva para a adoção de comportamentos mais compatíveis com o ambiente e desenvolvimento sustentável, no quadro da concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

6

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030) assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre, de forma decisiva, para a afirmação do país internacionalmente, contribuindo para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e valores naturais, nomeadamente através da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, encarando-os como ativos estratégicos essenciais para a coesão territorial, social e intergeracional.

A **Estratégia Nacional para as Florestas** (ENF) considera fulcrais as *ações de sensibilização, promovidas pelo Estado e pelos vários agentes intervenientes, dirigidas à população em geral e a públicos específicos em particular, que promovam alterações de comportamentais que levem à redução do risco e à redução do número de ignições existente, [...] numa estratégia de redução de risco. Considerando ainda que assume particular relevo a necessidade de conceber e levar à prática um programa nacional de formação e sensibilização, dirigido aos diversos públicos-alvo, garantindo-se assim o aumento do conhecimento da sociedade portuguesa sobre a realidade florestal do País.* Ao nível do currículo, as temáticas ambientais, nomeadamente as que se relacionam com a conservação e a biodiversidade, são abordadas nas **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar** (OCEPE), na Área do Conhecimento do Mundo, integrando, igualmente, os **documentos curriculares (Aprendizagens Essenciais)**, das áreas/disciplinas relacionadas com a Geografia e as ciências experimentais, dos ensinos básico e secundário. Em cada disciplina/área disciplinar, estas temáticas são trabalhadas em articulação com as aprendizagens preconizadas para a mesma, sempre que com elas se relacionem, numa perspetiva de interdisciplinaridade. No caso da disciplina ou componente curricular de *Cidadania e Desenvolvimento* estas temáticas devem ser

trabalhadas de uma forma interdisciplinar e transversal. Os **projetos** desenvolvidos na área curricular de *Cidadania e Desenvolvimento*, e outros projetos realizados na escola, devem estar articulados entre si em consonância com a Estratégia de Educação para a Cidadania da escola e ser desenvolvidos, preferencialmente, em parceria com entidades da comunidade, podendo mesmo alargar-se a outras escolas numa perspetiva de trabalho em rede (ENEC, 2017).

No caso específico das Aprendizagens Essenciais da área das ciências, a ênfase é colocada na relação **Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente**, sendo esta a matriz integradora desses programas. Neste âmbito, são preconizados muitos temas que se relacionam com as problemáticas ambientais mais prementes, designadamente as que se relacionam com a conservação da natureza e a biodiversidade, entre muitas outras. Pretende-se, assim, que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam mobilizar saberes para intervir em processos de decisão relativos à utilização sustentada dos recursos naturais do planeta Terra, numa perspetiva de cidadania democrática. Estes documentos curriculares têm subjacente a ideia de que atualmente as áreas científicas são cruciais para o exercício de uma cidadania responsável, face à necessidade de compreender problemas e tomar decisões fundamentadas sobre questões que afetam a sociedade e os ecossistemas.

Na componente curricular ***Cidadania e Desenvolvimento***, no âmbito do domínio da educação ambiental e no domínio da educação para a sustentabilidade, podem ser abordadas diversas temáticas, nomeadamente as relativas **à produção e consumo sustentáveis, território e paisagem, alterações climáticas, biodiversidade, floresta, energia, água, solos e bem-estar animal entre outras.**

As atuais políticas educativas pressupõem que uma educação de qualidade deve ter em consideração os desafios colocados à sociedade atual relativamente a múltiplos aspetos, nomeadamente a sustentabilidade, a interculturalidade, a identidade e segurança, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade e os impactos da ciência e da tecnologia na sociedade, entre muitos outros. À escola cabe, assim, dar resposta a estes desafios, preparando as crianças e os/as jovens para, enquanto cidadãos conscientes e informados, intervirem nos processos de tomada de decisão que se relacionam com as exigências do mundo atual.

O documento **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** constitui-se como um referencial para o trabalho a realizar em cada escola, tendo em consideração os desafios sociais e económicos do mundo atual. Neste sentido, preconiza uma educação escolar assente numa cultura científica e artística de base humanista, mobilizando valores e competências que lhes permitam intervir na dinâmica da sociedade atual, tomando

decisões livres e fundamentadas sobre as questões naturais, sociais e éticas que se lhes colocam.

Neste contexto, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** (ENEC), que *integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor* (in ENEC, 2017).

Ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania, esta estratégia preconiza uma componente curricular de **Cidadania e Desenvolvimento** em que as e os alunos/as realizam aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãos ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes **domínios** da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, obrigatório para em todos os níveis e ciclos de educação e ensino (porque se tratar de áreas transversais e longitudinais).

Relativamente a estas áreas, têm vindo a ser produzidos, por parte da Direção-Geral da Educação, em colaboração com diversas entidades parceiras públicas e da sociedade civil (incluindo a APA e algumas ONG), documentos que se podem constituir como referenciais de apoio na abordagem dos diferentes domínios de cidadania. Neste âmbito, destaca-se o **Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade**.

As diferentes estratégias e outros documentos aprovados permitem promover e reforçar os processos de educação e cidadania ambiental. Com efeito, o exercício de boas práticas ambientais e a participação pública proporcionam à população a aquisição de conhecimentos e capacidades que lhe permitam intervir, individual e coletivamente, na prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Cooperação entre as tutelas do Ambiente e da Educação

Os ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente celebraram, em 1996, um **protocolo de cooperação**, renovado em 2005, que se constituiu como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal e se concretizou, através de diversas parcerias, quer em múltiplos programas, quer na criação de uma rede de professores com

competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos desenvolvidos em articulação com ONGA.

Esta cooperação deu origem a uma **Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental**, constituída por **7 docentes** no ano letivo de 2022-23.

Os docentes requisitados em mobilidade estatutária são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de práticas demonstrativas de uma cidadania ativa, adequando-as à realidade das comunidades escolares onde desenvolvem as suas ações/ atividades, abrangida pela continuidade deste protocolo, ao longo dos últimos anos, a bolsa de docentes tem permitido a difusão de experiências inovadoras na realização de projetos de educação ambiental, graças a parcerias entre as escolas, o poder local, as organizações não-governamentais e outras entidades de âmbito local, regional e nacional, sob a coordenação e/ou acompanhamento dos profissionais da educação e de especialistas nas áreas do Ambiente.

É de salientar, ainda, o seu contributo para a formação de docentes, de diversos níveis de educação e de ensino bem como para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional.

3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

Direção-Geral da Educação

A Direção-Geral da Educação (DGE), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na sua redação atual, é o serviço central da administração direta do Estado de execução das políticas relativas às componentes curricular e pedagógica da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, bem como de apoio técnico à sua formulação, incidindo, sobretudo, nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos.

Neste âmbito, a DGE é responsável pelas áreas de orientação e coordenação no âmbito curricular, cujas competências assumem expressão a nível do desenvolvimento, não só do currículo, mas também da orientação e da produção de materiais de apoio, que se mostrem pertinentes à execução dos objetivos preconizados no *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Esta Direção-Geral estrutura-se em diferentes unidades orgânicas, das quais salientamos:

- a Direção de Serviços dos Projetos Educativos (DSPE), à qual, entre outras funções, compete assegurar o desenvolvimento curricular na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, no que concerne à componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento; e reforçar o apoio às escolas na promoção da autonomia e na gestão do currículo nacional, no sentido da melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, da sua inclusão e participação social.
- a Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular (DSDC) à qual compete, entre várias, a atribuição de *desenvolver os currículos e os programas das disciplinas, as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares, bem como propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema educativo*". Esta Direção de Serviços é responsável pelas matérias no domínio do currículo, da avaliação das aprendizagens, da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário, dos manuais escolares, das equivalências, da autonomia e flexibilidade curricular e da educação artística, entre outras áreas de cariz pedagógico.

Neste âmbito, a DGE tem vindo a promover a integração da educação ambiental para a sustentabilidade nas Aprendizagens Essenciais das várias disciplinas. Como exemplo, podemos referir os documentos curriculares da área das ciências experimentais, em que se preconiza o desenvolvimento de aprendizagens dirigidas para a educação científica dos

cidadãos, com a finalidade de preparar os jovens para enfrentarem, com confiança, as questões científicas e tecnológicas que se colocam no mundo atual. Entende-se que as aprendizagens desenvolvidas nas disciplinas da área das ciências permitem compreender o valor instrumental e a aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio das problemáticas ambientais, sem excluir a importância da reflexão sobre os desafios de natureza social, económica e ética que o desenvolvimento científico e tecnológico desencadeiam.

Neste contexto, assume particular importância a Rede de Clubes Ciência Viva na Escola (CCVnE). Esta iniciativa resulta de uma parceria, estabelecida entre a Direção-Geral da Educação e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Os CCVnE assentam num conceito dinâmico e plural, enquanto estruturas de ciência e conhecimento adaptadas às características específicas das organizações parceiras que as constituem e do meio social e cultural em que se inserem. Neste sentido, promovem a articulação entre o ensino formal e não formal, entre ciclos de escolaridade, entre disciplinas e entre escolas, gerando lógicas organizativas mais flexíveis, bem como a abertura da Escola à comunidade local, através do incentivo ao estabelecimento de parcerias com instituições científicas e de ensino superior, autarquias, centros Ciência Viva, empresas com I&D, museus e outras instituições culturais. Constituem, assim, um ambiente privilegiado para a exploração prática das ciências em diferentes áreas temáticas, no âmbito das quais, as problemáticas ambientais têm vindo a assumir particular relevância, já que são muitos os projetos ambientais que se desenvolvem nestes espaços de ciência.

No que se refere à educação ambiental, enquanto domínio da educação para a cidadania, compete à DGE assegurar a sua implementação, em conformidade com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC), tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito da ENEA e a articulação com os documentos curriculares, numa perspetiva de currículo integrador.

Com a finalidade de conceber documentação de apoio, no âmbito da Educação para a Cidadania nomeadamente, na área da Educação Ambiental, foi elaborado o já referido *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, sob coordenação da DGE, em parceria com várias instituições, algumas das quais integram o GTEAS (APA e DGEstE). O Referencial, não prescritivo e de natureza flexível, pode ser utilizado em contextos diversos no seu todo ou em parte, no quadro da dimensão transversal através do desenvolvimento de projetos e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a formação pessoal e social das e dos alunos. Este documento foi apresentado publicamente em 20 de abril de 2018, encontrando-se acessível no sítio eletrónico da DGE e da APA.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf

No que se refere à educação ambiental para a sustentabilidade, num contexto mais lato da educação para a cidadania, compete à DGE garantir que esta área tenha expressão no currículo e que os projetos de educação ambiental para a sustentabilidade desenvolvidos com, e nas escolas, se articulem de forma coerente com o mesmo e com os objetivos curriculares definidos para o sistema de ensino.

Agência Portuguesa do Ambiente

A [Lei n.º 19/2014](#), de 14 de abril, que define as Bases da Política do Ambiente (Capítulo I, artigo 4.º), nos seus Princípios das políticas públicas ambientais estipula:

d) Da educação ambiental, que obriga a políticas pedagógicas viradas para a tomada de consciência ambiental, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo, que promove a cidadania participativa e apela à responsabilização, designadamente através do voluntariado e do mecenato ambiental, tendo em vista a proteção e a melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana;

e) Da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.

No seu artigo 6.º - Direitos procedimentais em matéria de ambiente estipula:

Todos gozam dos direitos de intervenção e de participação nos procedimentos administrativos relativos ao ambiente, nos termos legalmente estabelecidos.

Em especial, os referidos direitos procedimentais incluem, nomeadamente:

a) O direito de participação dos cidadãos, das associações não-governamentais e dos demais agentes interessados, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais.

Para este efeito, a APA assume nos seus Estatutos ([Portaria n.º 108/2013, de 15 de março](#)) um Departamento onde as temáticas da educação ambiental, da comunicação e formação, da participação pública e do acompanhamento às ONGA estão em destaque, em que se

insere a Divisão de Cidadania Ambiental que promove e acompanha particularmente a supervisão e apoio no domínio da educação ambiental.

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Segundo o Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, alterado pelo DL n.º 46/2021, de 11 de junho, o ICNF, I.P. tem por missão “propor e executar políticas integradas de ordenamento e gestão do território, em articulação com entes públicos e privados, nos domínios da conservação da natureza, da biodiversidade, das florestas e competitividade das fileiras florestais, e assegurar a gestão dos fogos rurais, bem como definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, ouvida a autoridade sanitária veterinária nacional no âmbito das suas competências e salvaguardadas as orientações desta autoridade em matéria de saúde animal.”

Possui, ainda, várias atribuições relacionadas com as questões da sensibilização, informação, formação e educação ambiental destacando-se:

- promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais” (*in* DL n.º 43/2019, Artigo 4.º- alínea b).

A representação do ICNF, I.P. no GTEAS é assegurada pelo Departamento de Conservação da Natureza e da Biodiversidade através da Divisão de Apoio à Gestão de Áreas Classificadas (DAGAC), competindo a esta e segundo a Deliberação (extrato) n.º 906/2021, de 31 de agosto, artigo 5.º, ponto 2, alínea n:

- coordenar, acompanhar e avaliar ao nível nacional o desenvolvimento de projetos de intervenção no âmbito da animação, educação e da sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Em 2022 e 2023, foram assinados mais alguns protocolos de cogestão de várias áreas protegidas (Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) visando uma gestão mais próxima das populações, pelo que a comissão de cogestão de cada área protegida fica responsável por:

- viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;

- estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos; e
- comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar.

O plano de cogestão define ainda:

- as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores; e
- a informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

O ICNF, I.P. desenvolve um conjunto de projetos e ações de educação ambiental, preferencialmente em parceria com atores locais e regionais, nomeadamente estabelecimentos de ensino, autarquias, ONG e empresas. Incluem-se ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, visitas guiadas, palestras *on-line* voluntariado, projetos e ações específicas de educação ambiental dirigidas às escolas, nas quais se integra p. ex. o projeto **O ICNF vai à escola**.

Em colaboração com as várias entidades parceiras do GTEAS e outras, o ICNF, I.P. continua a apostar na educação ambiental e a promover ações informativas e educativas sobre conservação da natureza, gestão da floresta, bem-estar animal e restantes temáticas da sua missão.

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), cuja estrutura orgânica foi aprovada pelos Decretos-Lei n.º 266-F/2012 e n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, é um serviço central de administração direta do Estado dotada de autonomia administrativa.

A DGEstE dispõe de cinco unidades orgânicas desconcentradas, de âmbito regional, com a designação de Direção de Serviços Região Norte, Direção de Serviços Região Centro, Direção de Serviços Região Lisboa e Vale do Tejo, Direção de Serviços Região Alentejo e Direção de Serviços Região Algarve, sediadas, respetivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

A DGEstE tem por missão garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação, sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a

orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão.

A DGEstE prossegue, entre outras, as seguintes atribuições:

- ❖ *Assegurar a execução das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo de forma articulada pelas diversas circunscrições regionais;*
- ❖ *Acompanhar, coordenar e apoiar a organização e funcionamento das escolas e a gestão dos respetivos recursos humanos e materiais, promovendo o desenvolvimento e consolidação da sua autonomia;*
- ❖ *Prestar apoio e informação aos utentes do sistema educativo, em particular aos alunos e encarregados de educação, às entidades e agentes locais;*
- ❖ *Participar no planeamento da rede escolar;*
- ❖ *Assegurar a concretização da política nacional no domínio das instalações e equipamentos escolares;*
- ❖ *Divulgar aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas as orientações e a informação técnica dos serviços do Ministério da Educação;*
- ❖ *Recolher as informações necessárias à conceção e execução das políticas de educação e formação;*
- ❖ *Acompanhar os procedimentos e as atividades desenvolvidas no âmbito do sistema educativo respeitantes ao controlo da qualidade do ensino; e*
- ❖ *Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional.*

4 - PLANO DE AÇÃO DO GTEAS

Nos termos do consignado no Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade deve elaborar e submeter à apreciação das respetivas tutelas uma proposta de Plano de Ação Anual.

Assim, para o ano 2022/2023 definiram-se como eixos estratégicos:

1. promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal;
2. promover iniciativas em que a Educação Ambiental para a Sustentabilidade *seja o foco* ou em opção *esteja no foco* das atividades a desenvolver;
3. conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito do reforçar da abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas de educadores e docentes.
4. fomentar as aprendizagens no âmbito destas temáticas de uma forma interdisciplinar;
5. incentivar a divulgação de projetos de referência;
6. incrementar ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável; e
7. assegurar a sensibilização, informação e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas.

E definiram-se como objetivos:

- ❖ participar nas ações/projetos/atividades que promovem a implementação dos princípios da EDS;
- ❖ apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades;
- ❖ contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- ❖ Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade. æ abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2022-23, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.

Tabela 1: Objetivo 1

Participar nas ações/projetos/atividades que promovem a implementação dos princípios da EDS

Eixo Estratégico 1: Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.

Parcerias: DGE, DGEstE, outras tutelas, sociedade civil

Desenvolvimento Sustentável e Efemérides	Calendarização
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas ²	2015-2030
Década das Nações Unidas da Energia Sustentável para Todos ³	2014-2024
Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável ⁴	2018-2028
Década das Nações Unidas para o Restauro dos Ecossistemas ⁵	2021-2030
Década Internacional da Saúde do Solo ⁶	2015-2024
Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável ⁷	2021-2030
Ano Europeu das competências 2023 ⁸	2023-2024

² <https://ods.pt/>

³ <https://news.un.org/pt/story/2014/06/1476171>

⁴ <https://unric.org/pt/agua/>

⁵ <https://www.unep.org/pt-br/explore-topics/ecosystems-and-biodiversity/o-que-fazemos/decada-da-restauracao-de-ecossistemas>

⁶ <https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824382>

⁷ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=criado-comite-nacional-para-a-decada-do-oceano>

⁸ <https://eurocid.mne.gov.pt/2023-ano-europeu-das-competencias>

Tabela 2: Objetivo

Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades

Eixo Estratégico 2:—promover iniciativas em que a Educação Ambiental para a Sustentabilidade seja o foco ou em opção esteja no foco das atividades a desenvolver.

Eixo Estratégico 3: conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito do reforçar da abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas de educadores e docentes.

Eixo Estratégico 4: fomentar as aprendizagens no âmbito destas temáticas de uma forma interdisciplinar.

Parcerias: projetos/programas/representações da responsabilidade de entidades que compõem o GTEAS, com ou sem parcerias

Ações/Atividades	Calendarização
Desenvolvimento dos planos de ação das diferentes entidades representadas no GTEAS	Ao longo do ano
Programa “AdaPT” ao abrigo dos EEA Grants : preparação e disseminação de informação climática, incluindo tendências passadas, novos cenários IPCC e regionalização da informação climática	Ao longo do ano

Tabela 3: Objetivo 3

Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com foco na Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Eixo Estratégico 1: promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.

Eixo Estratégico 2: promover iniciativas em que a Educação Ambiental para a Sustentabilidade *seja o foco* ou em opção *esteja no foco* das atividades a desenvolver.

Eixo Estratégico 3: conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito de reforçar da abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas de educadores e docentes.

Parcerias: APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P., Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas / Fundo Português de Carbono, Grupo **Reporting**, sociedade civil

Ações/atividades e promoção de documentos estratégicos orientadores	Calendarização
Divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2030)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional para as Florestas	Ao longo do ano
Referencial para a Educação Ambiental	Ao longo do ano
Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória	Ao longo do ano
Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação	Ao longo do ano
Integração no “Grupo Reporting” para a elaboração de relatórios no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas	Ao longo do ano
Plano de Gestão Integrada de Fogos Rurais	Ao longo do ano

Tabela 4: Objetivo 4:

acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2022-23, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.

Eixo Estratégico 1: promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.

Eixo Estratégico 3: conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito de reforçar a abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas de educadores e docentes.

Eixo Estratégico 4: fomentar as aprendizagens no âmbito destas temáticas de uma forma interdisciplinar.

Parcerias: APA, DGE, ICNF, I.P. e DGEstE

Docentes: Carla Pacheco (GEOTA) | Jorge Fernandes (LPN) | Paula Banza (A Rocha) | Margarida Gomes (ABAAE) | Joaquim Pinto (ASPEA) | Isabel Fernandes (FAPAS) | José Janela (Quercus) |

Ações/Atividades	Calendarização
Divulgação das atividades implementadas pelos professores destacados em mobilidade estatutária.	Ao longo do ano
Exposição de Divulgação dos Projetos de EAS.	Ao longo do ano
Seminário Nacional Eco-Escolas, Soure.	20 a 22 de janeiro
Seminário Nacional JRA - Jovens Repórteres para o Ambiente, Fundação.	17 a 19 de novembro
XXIX Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, Manteigas	14 a 16 de abril
Projeto Rios	Ao longo do ano
Conferências da Natureza	11 de fevereiro a 25 de março
Greencork	21 de outubro de 2022
A Biodiversidade da Minha Escola	Ao longo do ano
Projeto LIFE LiveAdapt	Ao longo do ano
Dinamização de ações de formação para professores	Ao longo do ano
Dinamização do Centro Ecológico Educativo do Paul da Tornada, Professor João Evangelista	Ao longo do ano
Lançamento e dinamização da 33ª Campanha Coastwatch 2022-2023 "Oceanos, que Futuro?", dinamização de ações e seminário Coastwatch	Ao longo do ano
Curso de Formação Contínua de Professores	Ao longo do ano
Projeto Despertar para a Natureza	Ao longo do ano
Projeto Literacia para a Floresta	Ao longo do ano
Microplásticos e o Lixo no Mar	Ao longo do ano
Os habitats da ria de Alvor	Ao longo do ano

5 - REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE

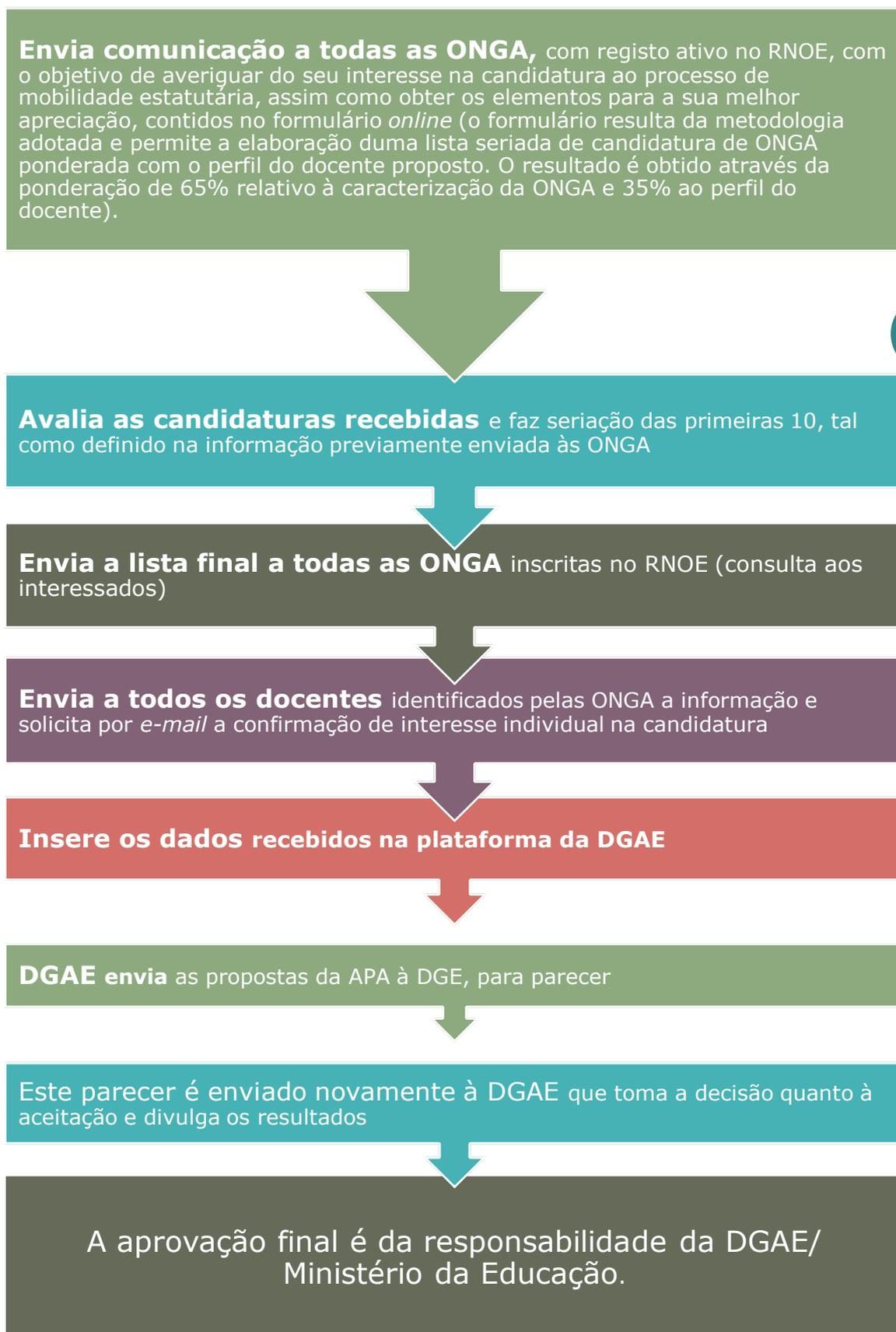
Os Ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente mantêm, desde 1996, um Protocolo de Cooperação que se constitui como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal. Esta colaboração permitiu a promoção de diversas iniciativas, o reconhecimento de projetos, a inserção de conteúdos nos *currícula* escolares e a criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos junto das comunidades educativas desenvolvidos em articulação com ONGA - organizações não-governamentais de ambiente.

21

Processo de candidatura

O processo de candidatura dos docentes em mobilidade ocorre na observância do quadro de critérios aprovado pelo GTEAS. O procedimento cumpre as regras estabelecidas para a mobilidade estatutária dos docentes do quadro do Ministério da Educação.

Assim, após a receção da informação da DGAE sobre a abertura do período de candidatura, a APA dá início aos procedimentos definidos:



Rede de docentes 2022-23

No ano letivo 2022-23, a Rede de Docentes de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental contou com **sete** docentes, alocados em igual número de ONGA. Verificou-se assim, uma diminuição de 3 docentes e de apoio a 3 ONGA, em relação a anos transatos.

O trabalho desenvolvido continuou a refletir as boas práticas de educação ambiental dirigidas às comunidades escolares e aos diferentes níveis de educação e ensino.

Acumulando as vantagens de possuírem formação técnica e pedagógica, estes docentes constituíram-se como um elo entre a administração central e local, a sociedade civil e, particularmente, as escolas, onde os projetos têm crescido em quantidade e qualidade, graças também ao incremento da formação e das competências interpares.

Os docentes requisitados em mobilidade estatutária são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de uma cidadania ativa no contexto das comunidades escolares.

<https://enea.apambiente.pt/content/enquadramento-3?language=pt-pt>

<p>•GEOTA Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente</p> <p>Carla Pacheco Caldas da Rainha</p> 	<p>•FAPAS Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade</p> <p>Isabel Fernandes Porto</p> 	<p>•ASPEA Associação Portuguesa de Educação Ambiental</p> <p>Joaquim Ramos Pinto Aveiro</p> 	<p>•LPN Liga para a Proteção da Natureza</p> <p>Jorge Fernandes Lisboa</p> 
<p>•QUERCUS Associação Nacional de Conservação da Natureza</p> <p>José Janela Portalegre</p> 	<p>•ABAE Associação Bandeira Azul da Europa</p> <p>Margarida Gomes Lisboa</p> 	<p>•A Rocha Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente</p> <p>Paula Banza Portimão</p> 	

6 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ao longo do ano letivo 2022-23 foram diversas as ações desenvolvidas, direta e indiretamente, com as comunidades escolares, pelas quatro instituições que integram o GTEAS (APA, DGE, DGEstE e ICNF, I.P.).

Este relatório não inclui, naturalmente, toda a atividade que cada uma das instituições promove e realiza por si própria nesta área.

❖ ***Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS***

No ano letivo 2022-23 verificou-se uma normalização das ações e eventos em formato presencial e só pontualmente foram realizados em formato virtual.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, continuaram a ser trabalhados, de acordo com as diferentes atividades e ações previstas.

Relativamente às diferentes efemérides em 2022 e 2023, foi possível focar as seguintes:

- ❖ 2022 - Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável;
- ❖ 2021-2030 - Década das Nações Unidas para o Restauro dos Ecossistemas;
- ❖ 2018-2028 - Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável;
- ❖ 2022 - Ano Europeu da Juventude (AEJ); e
- ❖ 2015-2024 - Década Internacional da Saúde do Solo

❖ ***Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades***

As diferentes entidades representadas no GTEAS promoveram ou apoiaram projetos de EAS em múltiplas vertentes, recorrendo a metodologias e instrumentos diversos.

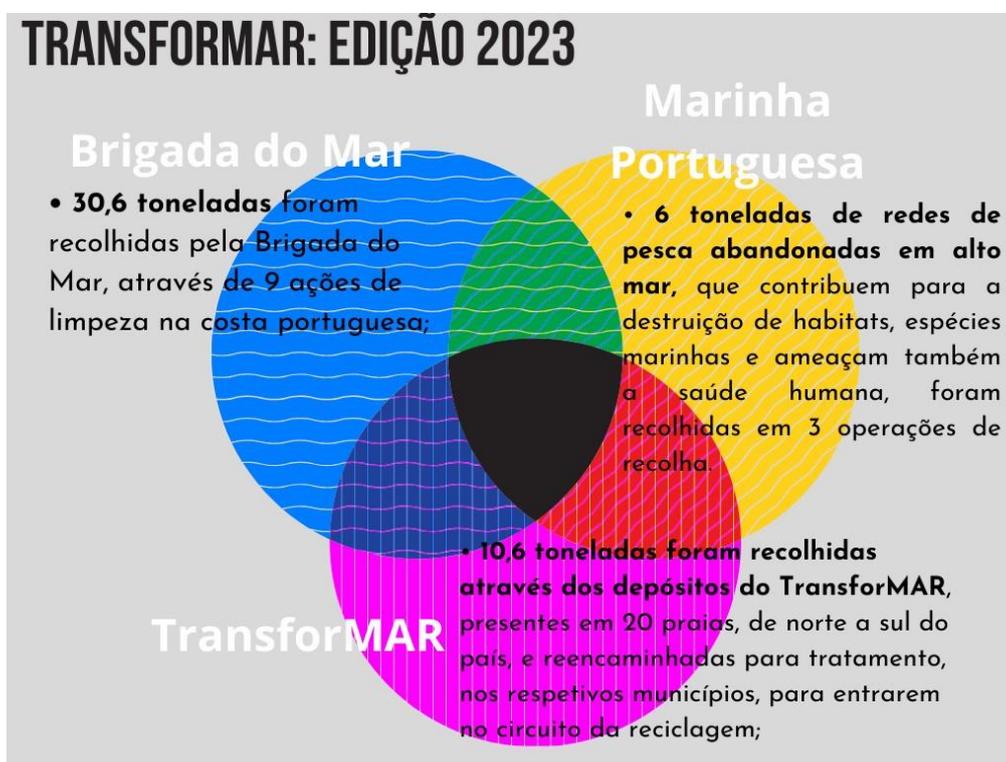
A título de exemplo, apresentam-se alguns dos projetos mais emblemáticos acompanhados pelas diferentes entidades que compõem o GTEAS.

- **Projeto TransforMAR**



TransforMAR: em 6 anos, o Lidl e o [Electrão](#), já retiraram mais de 227 toneladas de resíduos plásticos e de metal das praias portuguesas e do mar, deram-lhes uma nova vida, através da sua reutilização e reciclagem.

Em 2023, a 6ª edição do projeto recolheu 47,2 toneladas de resíduos de plástico das praias portuguesas.



O projeto TransforMAR contou ainda com o apoio institucional da [Agência Portuguesa do Ambiente \(APA\)](#) e da [Quercus](#).

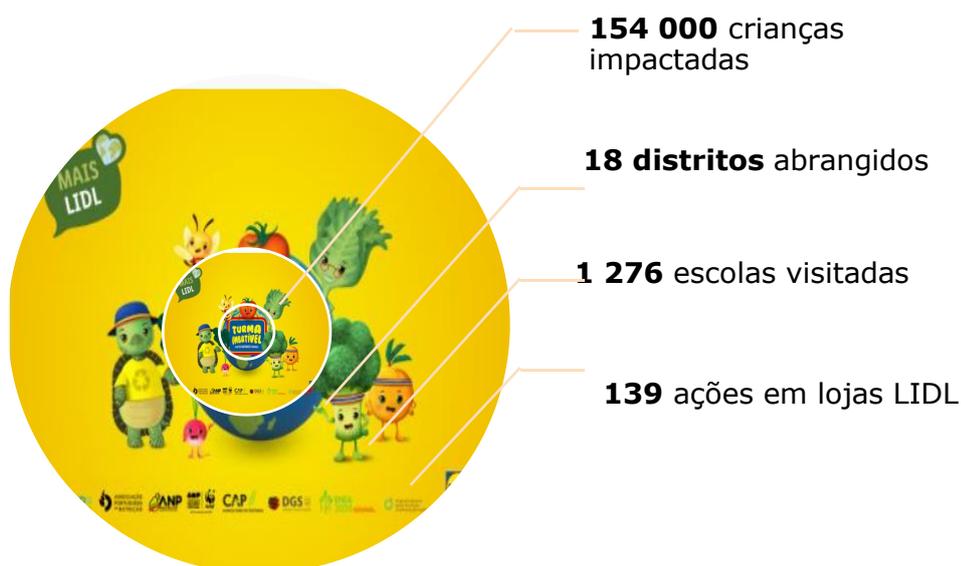
Esta iniciativa insere-se na estratégia internacional para a redução do plástico e é mais uma forma de o [Lidl](#) contribuir para a **redução do plástico nos oceanos**. Segundo o [Parlamento Europeu](#), estima que, por ano, entrem nos oceanos 4,8 a 12,7 milhões de toneladas de plástico. **Se nada for feito, em 2050 haverá mais plástico do que peixes no mar.**

- **Turma Imbatível 2022-2023**



É um [projeto do Lidl](#), lançado em 2011 e desenvolvido em parceria com a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral da Saúde, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha.

Tem como principal objetivo sensibilizar os mais novos para a importância de estilos de vida sustentáveis e desde a sua génese já chegou até muitos alunos, docentes e comunidade educativa no geral, contribuindo para a aquisição de uma alimentação mais sustentável, estilos de vida mais saudáveis e sensibilizado para mais sustentabilidade e consumo responsável.



No ano letivo 2022/2023, a Turma Imbatível promoveu um concurso nas escolas nacionais sob o mote **“Juntos mudamos o mundo”** e foi lançado o **sítio eletrónico** <https://turmaimbativel.pt/>

• Movimento Educativo Galp



O [Movimento Educativo Galp](#) é promovido pela Fundação GALP e tem por objetivos:

- sensibilizar as crianças e os jovens para o desenvolvimento sustentável;
- envolver crianças e jovens, docentes, voluntários(as) e parceiros para terem um impacto real e positivo na sociedade; e
- desafiar as gerações futuras a observar e procurar soluções sustentáveis para problemas que identifiquem nas suas comunidades, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda – ODS.

27



O *Future Up* desafia todos a aprender, a agir, a ensinar e a participar ativamente nos temas da sustentabilidade, da energia e do planeta, trazendo novas ideias, novas soluções e um novo futuro pela frente.

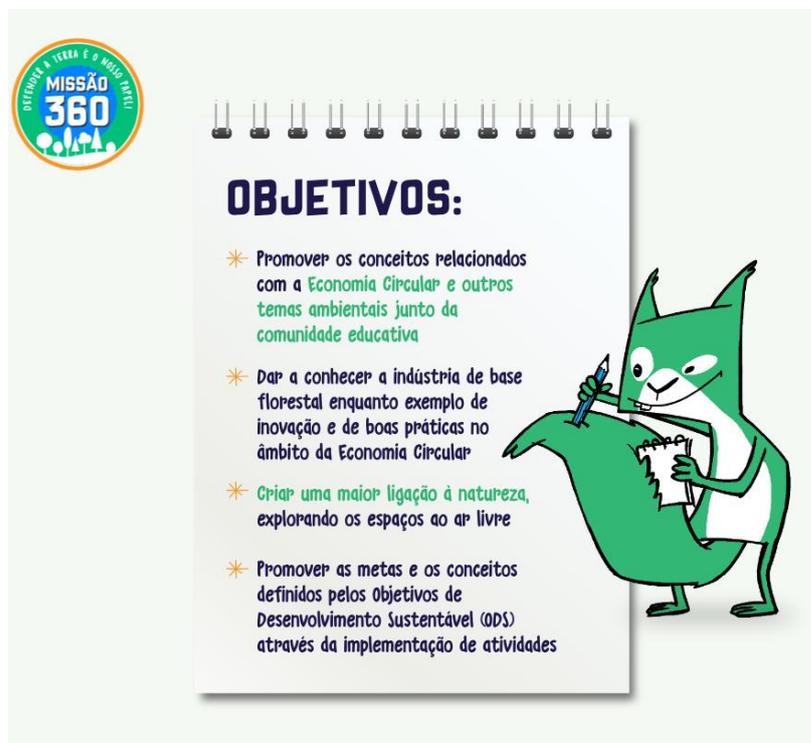
Tem como parceiros a [APA](#), [ADENE](#), [DGEG](#) e [DGE](#) e ainda a participação da [Quercus](#) e da [EI - Energia Independente](#).

O Prémio Escolas *Future Up* premeia as escolas do ensino básico e secundário de Portugal que nos últimos 5 anos, tenham desenvolvido (nos últimos 5 anos) projetos exemplares sobre energia sustentável. O Centro de Educação e Desenvolvimento Pina Manique da Casa Pia de Lisboa foi o grande vencedor da edição 2022/23.



• **Projeto Missão 360 - Defender a Terra é o nosso Papel**

A **Missão 360** é um projeto pedagógico de educação e sensibilização ambiental promovido pela BIOND – Associação da Indústria Papeleira, que conta com o apoio da DGE, APA e DGEstE. É dirigido às crianças dos 1º e 2º ciclos do ensino básico e às suas comunidades educativas.



Ano letivo 2022-23 em números:

INDICADORES



172 TURMAS
3 338 ALUNOS
82 ESCOLAS

33 CONCELHOS
11 DISTRITOS

34 TRABALHOS
(DESAFIO NATAL E ANUAL)
22 ESCOLAS
17 CONCELHOS

20 SESSÕES
3 PRÉ-ESCOLAR
17 1º CICLO
(INCLUI BIOND E OS SMITH)

PRÉ-ESCOLAR	1º CICLO	2º CICLO
1 054 ALUNOS	1 996 ALUNOS	288 ALUNOS
53 TURMAS	105 TURMAS	14 TURMAS
30 ESCOLAS	56 ESCOLAS	8 ESCOLAS



DISTRITOS COM MAIOR ADESAO



DISTRITOS ADESAO TRABALHOS



DISTRITOS COM SESSOES



- **Raposa Chama**



Com o fogo não se brinca é o mote do Projeto “A Raposa Chama” que faz parte da campanha nacional “Portugal Chama. Por Si. Por todos”.

Mais do que um projeto, é um movimento coletivo e inclusivo, desenhado para chegar a todas as crianças e jovens, entre os 5 e os 12 anos, através da escola, professores,

família e toda a comunidade. Trata-se de uma iniciativa da AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P., com a chancela da República Portuguesa e colaboração do ICNF, I.P. e Ministério da Educação (DGE e DGEstE), cujo objetivo é sensibilizar e educar as crianças e jovens para os comportamentos de risco de incêndio, acreditando que no presente podem ter o papel crucial para sensibilizar e informar os adultos, principalmente através da sua rede familiar.

Ao longo do ano, o projeto promove diversas ações e atividades, com especial proximidade junto da comunidade escolar através da formação de docentes, oficinas, desafios, passatempos, teatros e divulgação de conteúdos pedagógicos junto das escolas.

- **A Maior Lição do Mundo – 2022/2023**

- **A ação climática**

A Maior Lição do Mundo (AMLM) é uma iniciativa internacional da UNICEF em parceria com a DGE/DSPE. Pretende dar a conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a todas as crianças e jovens e promover uma cidadania global ativa e uma maior consciencialização sobre o papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, mais saudável e mais sustentável.



No ano letivo de 2022/2023 as escolas foram convidadas a desenvolver projetos em torno da ação climática, no âmbito das respetivas Estratégias de Educação para a Cidadania, com vista a aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre o problema das alterações climáticas, suas causas e implicações, e a contribuir ativamente para a criação de soluções inovadoras e criativas que tenham em conta os desafios multidimensionais do desenvolvimento.

Em Portugal, esta iniciativa é da responsabilidade do Comité Português para a UNICEF, em colaboração com a Direção-Geral da Educação.

Dirigida a crianças e jovens da educação pré-escolar ao ensino secundário, a iniciativa teve como objetivo promover junto da comunidade escolar:

- o conhecimento da agenda dos ODS;
- o interesse sobre as questões globais do desenvolvimento sustentável;
- atitudes e comportamentos de cidadania ativa e de resolução de problemas a nível local; e
- comportamentos ambientalmente sustentáveis que permitam combater os efeitos decorrentes das alterações climáticas.

30

• Bgreen

A APA - Agência Portuguesa do Ambiente acompanha [O Bgreen](#), um Festival Internacional de Cinema ecológico, cujo objetivo é a produção de *spots* de vídeo, relacionados com a ecologia. O público-alvo são alunos dos 13 aos 21 anos.

A 2 de junho 2023, em Santo Tirso realizou-se a Grande Gala da 12ª edição do BGREEN.

Os vencedores desta edição foram:

- ✓ **Bgreen júnior:** Istituto Massimo - Itália, a equipa The Nature Guys;
- ✓ **Prémio do Público:** Escola Profissional e de Desenvolvimento Rural do Baixo Mondego - Portugal, equipa MGMR;
- ✓ **Prémio Melhor Making-of:** Charlottenlund Videregående skole – Trondheim, Noruega, equipa Peng Win;
- ✓ **Prémio Alphonse Luisier:** OFICINA - Escola Profissional do INA, a equipa Mac 2.0;
- ✓ **Menção Honrosa:** Binzhou Polytechnic - China, a equipa BINZHOU POLYTECHNIC EARTH POWER.
- ✓ **Grande Prémio Bgreen** - Padre Cristiano Oliveira: Charlottenlund Videregående skole – Trondheim, Noruega, equipa Team Capybara.



• CineEco

Através do seu Projeto “APARTE”, a APA promoveu mais uma Extensão de um dos mais reputados festivais internacionais de cinema de Ambiente, o [CineEco](#).

Como é apanágio, os filmes abordaram a temática ambiental, incluindo a EA. Após a visualização do filme, procedeu-se a um pequeno debate de reflexão.

19 a 23 de setembro | 16h00
Extensão do CineEco 2022
 Auditório da APA

<div style="background-color: #008080; color: white; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">Dia 19 de setembro, segunda-feira</div> <p>Migrantes (Migrants), de <i>Hugo Caby, Antoine Dupriez, Aubin Kubiak, Lucas Lermytte, Zoé Devise</i>, França, 2020 - Animação (8')</p> <p>Raizes – A maravilha debaixo da terra (Roots – The marvel under the earth), de <i>Stefanie Fleischmann</i>, Alemanha, 2021 - Documentário (52')</p>	<div style="background-color: #008080; color: white; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">Dia 22 de setembro, quinta-feira</div> <p>Colurun, de <i>Jorge Sarria de Vicente</i>, Espanha, 2020 - Animação (5')</p> <p>Voo para a terra (Flight to earth), de <i>Ignacio Rodó</i>, Espanha, 2021 - Animação (6')</p> <p>Migradores de longa distância – entre o Tejo e o Ártico, de <i>Pedro Miguel Ferreira e Joaquim Pedro Ferreira</i>, Portugal, 2020 - Documentário (52')</p>
<div style="background-color: #008080; color: white; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">Dia 20 de setembro, terça-feira</div> <p>The world is thirsty, de <i>Isabel de La Torre</i>, Espanha, 2020 - Animação (1')</p> <p>Entre pastores e lobos, de <i>Manuel Pedrosa</i>, Espanha, 2020 - Documentário (62')</p>	<div style="background-color: #008080; color: white; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">Dia 23 de setembro, sexta-feira</div> <p>Habbob, de <i>Masha Samani</i>, Irão, 2020- Animação (9')</p> <p>Seja feita a nossa natureza, de <i>Catarina Marques</i>, Portugal, 2021 - Documentário (8')</p> <p>Nestling, de <i>Marat Narimanov</i>, Rússia, 2020 - Animação (6')</p> <p>Oso, de <i>Bruno Lourenço</i>, Portugal, 2021 - Ficção (29')</p>
<div style="background-color: #008080; color: white; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">Dia 21 de setembro, quarta-feira</div> <p>Animals habitat, de <i>James Smith</i>, Alemanha, 2020 - Animação (1')</p> <p>Paisagens de glaciares derretidos (Melting landscapes glaciers), de <i>Pepe Molina Cruz</i>, Espanha, 2021 - Documentário (8')</p> <p>Guerreiros verdes: carvão nos pulmões (Green warriors: coal in the lungs), de <i>Martin Boudot</i>, França, 2021 - Documentário (49')</p>	<div style="text-align: center;">  </div>

31

• Reciclar é a Nossa Praia 2023

A APA é parceira da Novo Verde para o **projeto Reciclar é a Nossa Praia**.



A Novo verde é uma entidade gestora de resíduos de embalagens que em parceria com a *Sailors for the Sea* Portugal (SFSP) lançam o desafio sob o mote [“Reciclar é a Nossa Praia, International Coastal Cleanup Day”](#), com o objetivo de consciencializar os portugueses de como o seu comportamento impacta os mares e oceanos, convidando à recolha de resíduos nas praias e zonas costeiras.

A iniciativa teve lugar a 17 de setembro, em simultâneo com milhares de limpezas costeiras em todo o mundo, nas quais participaram milhões de voluntários, governos e organizações em 191 países. Em Portugal, foram percorridos 635 km de costa, de norte a sul do continente.

• **Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas**

A APA e o ICNF, I.P. são parceiros do IPDJ – Instituto Português da Juventude para o Programa [Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas](#) que se destina a jovens entre os 14 e os 30 anos, promovendo práticas no âmbito da proteção da natureza, florestas e respetivos ecossistemas.

A APA participa na avaliação das candidaturas enviadas pelo IPDJ, relacionadas com os temas dos eixos temáticos da ENEA: descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território, entre outros temas.



Tem como principais objetivos:

- promover práticas de voluntariado jovem no âmbito da preservação da natureza, florestas e respetivos ecossistemas;
- promover a aquisição de competências transversais no âmbito da participação e cidadania junto dos/as jovens;
- sensibilizar as populações para as práticas que promovam a descarbonização da sociedade, tornem a economia circular e valorizem os territórios;
- sensibilizar a comunidade para a preservação da natureza e para o seu papel na qualidade de vida;
- prevenir os incêndios florestais e outras catástrofes com impacto ambiental;
- sublinhar a importância de uma participação ativa na prevenção e na solução dos problemas ambientais;
- mobilizar para a criação de valores e práticas ambientais, individuais e coletivas, sociais e institucionais e de sua relação com o território; e
- promover uma cultura de corresponsabilidade em termos de sustentabilidade.

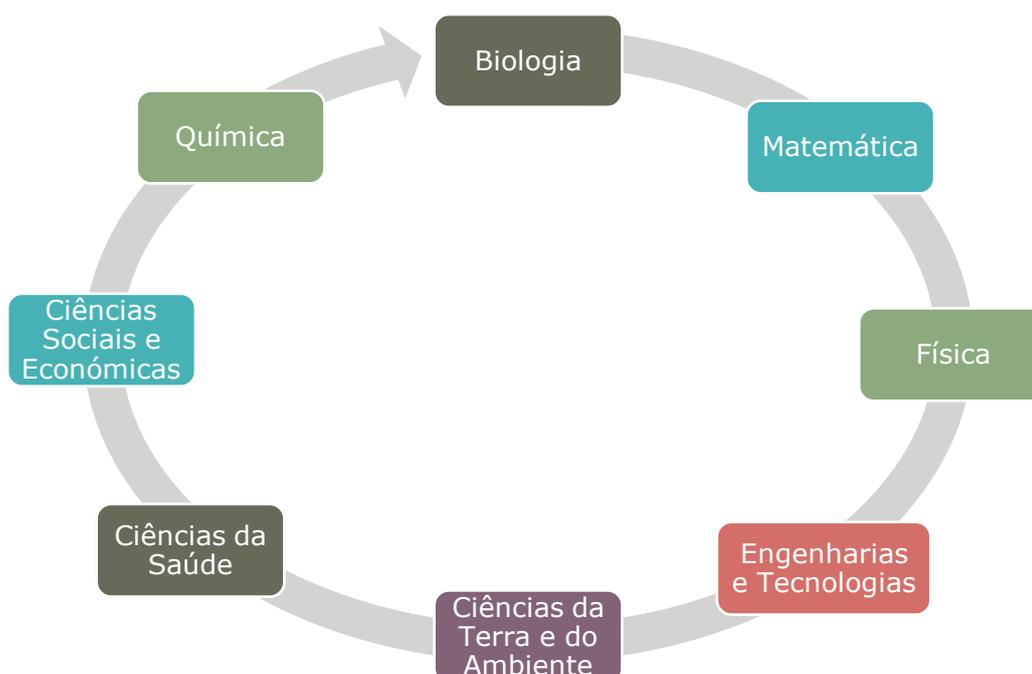
- **Concurso Nacional para Jovens Cientistas**



O [Concurso Nacional para Jovens Cientistas](#) é uma competição de âmbito nacional, coorganizada pela Fundação da Juventude e pela Ciência Viva, Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, cumprindo a sua 31ª edição em 2023.

A APA participa na avaliação dos projetos candidatos.

As principais áreas do concurso são:



Os principais objetivos do Concurso Nacional para Jovens Cientistas são

- promover os ideais da cooperação e de intercâmbio entre jovens cientistas; e
- estimular o aparecimento de jovens talentos nas áreas da Ciência, Tecnologia, Investigação, Inovação e Empreendedorismo, através da realização de projetos científicos inovadores nas escolas, incentivando o empreendedorismo qualificado e favorecendo o aproveitamento económico do conhecimento científico e tecnológico.



- **Global Ocean**



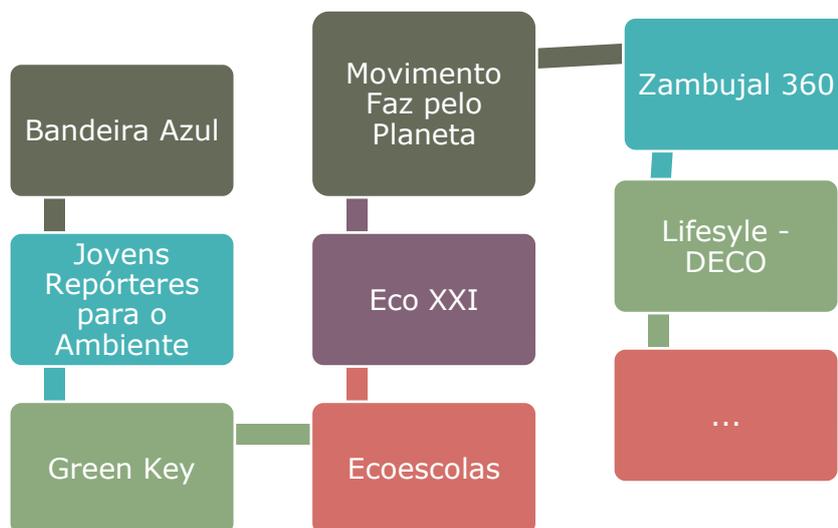
A Global Ocean, é um movimento que pretende juntar o Desporto, a Arte, a Moda, a Responsabilidade Social e Ambiental, sendo o maior foco a Defesa e a Proteção dos Oceanos.

Este movimento conta com o apoio da DGE/DSPE e tem como objetivos:

- A promoção do exercício físico, inculcando novos valores e hábitos saudáveis.
- Divulgação de desportos aquáticos não poluentes como a Surf, Vela, Canoagem, Paddle, Mergulho e Natação de Águas Abertas, desenvolvendo aulas e experiências gratuitas para a população.
- A promoção da Arte como consciência social, dando a conhecer artistas que reutilizam o lixo e outros materiais orgânicos como matéria-prima para as suas criações
- A promoção de uma Educação Ambiental sustentável

Outros projetos que a APA apoia:

No âmbito da sua missão a APA apoia diferentes projetos, supervisiona os conteúdos técnico-pedagógicos, avalia candidaturas, seleciona as melhores práticas e iniciativas inovadoras de diferentes projetos.



❖ **Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

Ao longo do ano, quer as entidades que compõem o GTEAS quer a rede de docentes em mobilidade desenvolveram diferentes ações que contribuiram para este objetivo, de realçar as seguintes.

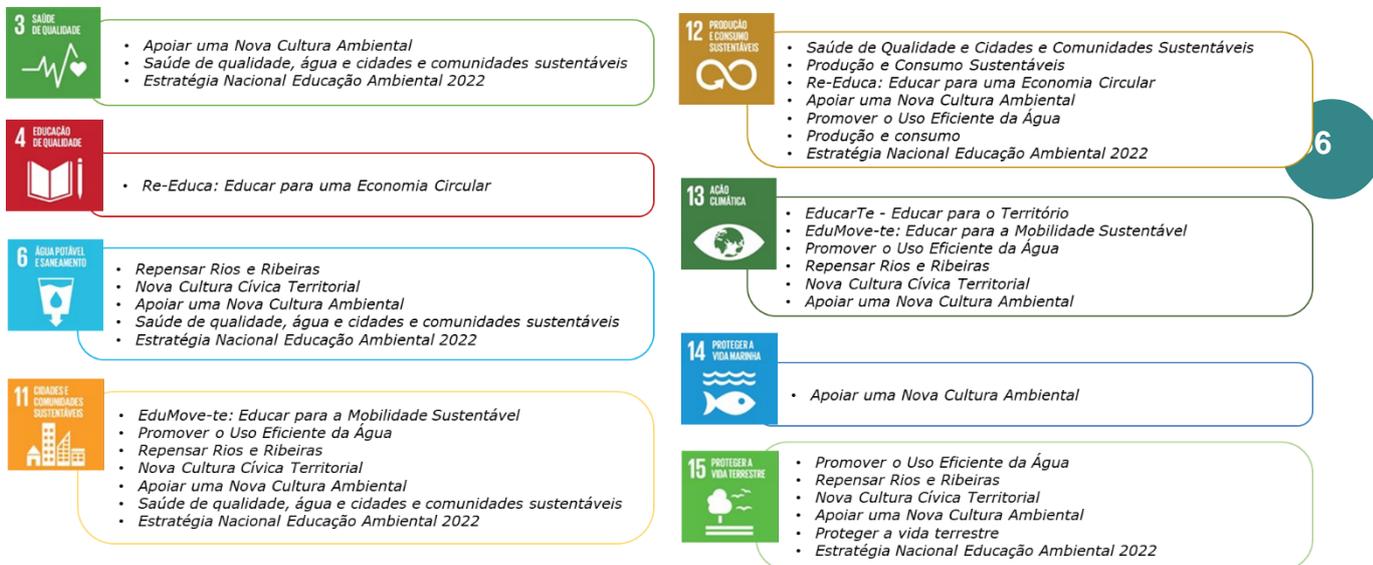
• **Estratégia Nacional de Educação Ambiental**

Desde a sua aprovação, em Conselho de Ministros, a 8 de junho de 2017, a ENEA viu lançados, pelo **Fundo Ambiental**, **14 avisos** para cofinanciamento de projetos de educação ambiental.

Os projetos apresentados foram diversificados quer nas suas temáticas, quer nas entidades que se candidataram e dinamizaram.

2022/2023	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022</i>
2021	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoiar no âmbito da ENEA 2020 – Saúde de qualidade, água e cidades e comunidades sustentáveis</i> • <i>Apoiar uma nova cultura ambiental, no âmbito da ENEA 2020 – Produção e Consumo Sustentáveis</i> • <i>Apoiar uma nova cultura ambiental, no âmbito da ENEA 2020 – Proteger a Vida Terrestre</i>
2020	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Saúde de Qualidade e Cidades e Comunidades Sustentáveis</i> • <i>Produção e Consumo Sustentáveis</i> • <i>Proteger a Vida Terrestre</i>
2019	<ul style="list-style-type: none"> • <i>EducarTe - Educar para o Território</i> • <i>Re-Educa: Educar para uma economia circular</i> • <i>EduMove-te: Educar para a mobilidade sustentável</i>
2018	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Promover o uso eficiente da água</i> • <i>Repensar Rios e Ribeiras</i> • <i>Nova Cultura Cívica Territorial</i>
2017	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoiar uma nova cultura ambiental</i>

A **ENEA** procurou concorrer de forma decisiva para a alteração de comportamentos dos portugueses, visando também a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com efeito, **8 dos 17 ODS**, intrinsecamente relacionados com a **ENEA**, estiveram presentes em mais avisos, como se mostra através dos seus 14 Avisos publicados.



- **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030) e Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**

Em alinhamento com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e em cumprimento do previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o modelo de cogestão das áreas protegidas de âmbito nacional (exceto as áreas protegidas privadas) foi aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 116/2019, 21 de agosto](#).

Este modelo visa imprimir uma maior gestão de proximidade, com diferentes entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável (incluindo p. ex. instituições de ensino superior e ONGA) a colocarem ao serviço das áreas protegidas o que de melhor têm para oferecer (no quadro das suas competências e atribuições), através de uma gestão participativa, colaborativa e articulada, especificamente nos **domínios da promoção, sensibilização e comunicação** dos valores naturais presentes.

Artigo 8.º - **Funções da comissão de cogestão da área protegida, alínea 1** - A comissão de cogestão é responsável por:

c) Viabilizar ações de **promoção** ambiental, económica e social, de **sensibilização e comunicação**, através da elaboração e execução dos instrumentos de gestão na área protegida;

d) Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das Administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de **projetos educativos**;

in DL, n.º 116/2019.

A [RCM n.º 28/2021, de 22 de março](#) aprovou o Projeto de Promoção da Cogestão em Áreas Protegidas de Âmbito Nacional, cujo apoio financeiro é fornecido pelo Fundo Ambiental. Este projeto inclui entre as ações específicas:

- Ação n.º 1: Dinamização do modelo de cogestão em 25 áreas protegidas de âmbito nacional: parque nacional, parques naturais, reservas naturais, paisagens protegidas:
 - 1.ª fase - Arranque do modelo de cogestão
 - d) Levantamento e planeamento no âmbito de **sensibilização/comunicação** sobre o capital natural existente na área protegida.

- 2.ª fase - Consolidação do modelo de cogestão
 - d) **Sensibilização/comunicação** sobre o capital natural existente na área protegida.

Assim, parte das competências do ICNF, I.P. na área da educação ambiental passaram então a ser partilhadas/assumidas pela comissão de cogestão das áreas protegidas.

Também para promover um cada vez maior envolvimento da sociedade na gestão da biodiversidade, em 2022/2023 decorreu a [Missão Natureza 22](#). Esta iniciativa pretendeu melhorar o estado de conservação dos valores naturais de Portugal, mobilizando as pessoas e organizações para um envolvimento ativo com a biodiversidade, através de ações de promoção e valorização do património natural. A 22 de maio de 2023, em Queluz, decorreu o encerramento com a apresentação dos resultados deste processo colaborativo que contou com a colaboração da APA e da DGE.

Esta missão teve 7 objetivos:

1. aumentar a perceção e a apropriação pública do património natural;
2. melhorar o estado de conservação do património natural;
3. vigiar e controlar espécies exóticas invasoras;
4. compatibilizar economia e biodiversidade;
5. reforçar as infraestruturas verdes e a conectividade ecológica;
6. estimular a cooperação internacional; e
7. inovar no investimento em biodiversidade.



Atendendo a que o ICNF, I.P. tem Direções Regionais, é através delas que se desenvolvem, no terreno, os projetos educativos e atividades e se faz o apoio a escolas e outros estabelecimentos de ensino.

Com várias atualizações ao longo do ano, o Instituto disponibiliza no seu sítio eletrónico, a sua "Oferta educativa e de lazer", exceto alguns projetos e ações de educação ambiental com público e escolas já definidos.

Prossegue o seu trabalho de produção e atualização dos [materiais informativos e educativos](#) disponíveis gratuitamente no seu sítio oficial e continua a promover a disponibilização de conteúdos digitais nos seus sítios (ex. [geocatálogo](#) e sítio do [lince-](#)

[ibérico](#)) e redes sociais ([facebook](#), [youtube](#), [Instagram](#)), incluindo os de divulgação da marca [Natural.PT](#) “Património Vivo” ([facebook](#), [youtube](#) e [Instagram](#)).

As áreas protegidas, as matas nacionais, os viveiros florestais e outros serviços do ICNF, I.P. desenvolveram ou foram parceiros em várias atividades / projetos visando atingir os objetivos destas duas estratégias, que incluem desde a promoção da visita, a ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, atividades de voluntariado, levantamentos da biodiversidade efetuados por alunos(as) nas escolas e outros públicos (*bioblitz*), oficinas, exposições...

Em várias infraestruturas promove-se o conhecimento acerca das áreas da sua missão, com especial ênfase na biodiversidade e floresta com atividades vocacionadas para as escolas (ex. [Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro](#), [Centro de Educação Ambiental da Sra. da Graça e Viveiro Florestal da Malcata](#), [Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida](#), [Centro de Educação Ambiental de Marim](#), Mata Nacional de Valverde e Viveiro Florestal de Monte Gordo).

De acordo com as orientações curriculares e em estreita colaboração com os(as) docentes, a sua DRCNF - Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Centro promoveu o projeto **O ICNF vai à Escola” - Educar para a Natureza e Florestas**, dirigido a crianças e alunos do ensino-pré-escolar ao 3º CEB, com o objetivo de:

“proporcionar o conhecimento e a consciencialização dos alunos acerca de temas que envolvem o ambiente, dentro da missão do ICNF, nas vertentes de conservação da natureza e florestas, levando à adoção de atitudes e comportamentos para salvaguardar e valorizar o património ambiental, numa relação sustentável entre as comunidades humanas e a natureza.”



As atividades foram desenvolvidas de forma interdisciplinar, mas com alguma componente lúdica, priorizando os seguintes eixos: experimentar; integrar; partilhar; e envolver.

A DRCNF do Alentejo desenvolveu o projeto Os guardiões do lince, com a Esc. Prof. Joaquim Moreira, em Martim Longo, dando a conhecer o lince-ibérico, em atividades em sala e saídas de campo, no âmbito do LIFE Lynxconnect.



Tal como outras entidades do GTEAS, desde há longos anos que o ICNF, I.P. apoia vários projetos educativos, alguns desenvolvidos pelos(as) professores(as) destacados(as). Através das suas Direções Regionais apoiou várias atividades das escolas participantes no

eco-escolas e noutras iniciativas, buscando uma maior proximidade à realidade local e uma melhor gestão de recursos.

O ICNF, I. P. participou em várias atividades promovidas pelos professores destacados, caso da Conferência Nacional “Vamos cuidar do planeta” e nas Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, em Manteigas, ambas organizadas pela ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental e em algumas ações de formação para docentes organizadas pela LPN - Liga para a Proteção da Natureza e Quercus, bem como no ERVAA - Jovem – Encontro Regional de Voluntariado Ambiental para a Água, promovido pela APA. Vários eventos foram divulgados nas redes sociais do instituto e, ao longo do ano letivo, foram enviadas informações diversas às e aos docentes destacados, visando apoiar o seu trabalho educativo.

O instituto tem ainda vários protocolos com ONGA e as Direções Regionais do ICNF, I.P., apoiam e dinamizam outras atividades com e para a comunidade escolar. Participou inclusive no 1º Encontro Nacional de ONGA, em Figueira de Castelo Rodrigo.

Algumas imagens das atividades desenvolvidas pelo ICNF, I.P. ou em que participou, incluindo ações para alunos portadores de deficiência.





Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
30 de Abril às 12:35

Sensibilização ambiental mais inclusiva

Na Escola EB 2,3 de D. Fernando II (Sintra), recorreu-se a vídeos com interpretação de língua gestual e informação transcrita em braille, numa iniciativa do ICNF.

A ação enquadra-se na divulgação sobre o projeto de restauro e valorização de habitats naturais e de espécies prioritárias do Parque Natural de Sintra-Cascais, cofinanciado pelo programa POSEUR.

Tenha um bom domingo!

#icnf #ICNFsomosTODOSnos #pnsc #drcnflVT #educaçãoambiental #POSEUR



- **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**



A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra uma das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, tendo resultado da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

Esta Estratégia Nacional prevê a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de educação e ensino, respeitando os princípios, valores e áreas de competências enunciados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Neste sentido, este documento estratégico “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor” (ENEC, 2017).

A estratégia está ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania e preconiza uma componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Com esta pretende-se que as e os alunos realizem aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãos e cidadãs ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, cujos temas são obrigatórios para todos os níveis de escolaridade.

❖ **Divulgação e dinamização ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**



As ações/atividades de promoção dos ODS foram dinamizadas quer pelos professores da rede de docentes, no âmbito dos diferentes projetos que coordenam, quer pelas diversas entidades que compõem o GTEAS.

❖ **Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação**

A [Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020](#) (EN AAC), agora **prorrogada até 31 de dezembro de 2025**, estabelece objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação, de diferentes sectores, aos efeitos das alterações climáticas: agricultura; biodiversidade; economia; energia e segurança energética; florestas; saúde humana; segurança de pessoas e bens; transportes; comunicações; e zonas costeiras.

Para este efeito, a EN AAC tem como objetivos melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas e promover a integração da adaptação às alterações climáticas nas políticas sectoriais e instrumentos de planeamento territorial. A EN AAC pretende ainda ajudar a administração central, regional e local e os decisores políticos a encontrar os meios e as ferramentas para a implementação de soluções de adaptação baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.

A EN AAC integra seis áreas temáticas transversais a todos os sectores, i.e. investigação e inovação, financiamento e implementação, cooperação internacional, comunicação e divulgação, adaptação no ordenamento do território e adaptação na gestão dos recursos hídricos.

Cabe à APA coordenar a implementação da ENAAC e promover a sua atualização em função da evolução do conhecimento científico e das orientações comunitárias e internacionais na matéria.

A implementação da ENAAC é concretizada através de grupos de trabalho sectoriais e por área temática, coordenados pelos organismos relevantes da administração central e envolvendo os diversos agentes sectoriais.”⁹ O Grupo de Trabalho das Florestas é coordenado pelo ICNF, I.P.



⁹ <https://apambiente.pt/clima/enquadramento>

❖ ***Integração no “Grupo Reporting” para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas***

Tal como é publicado na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019](#):

A urgência da ação climática tem vindo a ser assinalada pela sociedade em resultado da evidência científica que confirma que as alterações climáticas são um fenómeno do presente, com origem nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da atividade humana. Esta tendência tende a agravar-se se não houver uma ação climática imediata e efetiva.

45



8TH NATIONAL COMMUNICATION
SUBMITTED UNDER TO THE UNITED NATIONS FRAMEWORK
CONVENTION
ON CLIMATE CHANGE

5TH BIENNIAL REPORT
in the context of the Kyoto Protocol

2022 Portugal



A APA coordena o “Grupo Reporting” para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

5º Relatório Bienal (2022), assim como a **8.ª Comunicação Nacional (8CN)**, encontram-se disponíveis no sítio da [APA](#).

❖ ***Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2022/23***

A rede de docentes em mobilidade no ano letivo 2022-23 foi composta por 7 docentes alocados em igual número de Organizações Não-governamentais de Ambiente (ONGA) de âmbito nacional inscritas no [RNOE - Registo Nacional de ONGA e Equiparadas](#).

Esta rede de docentes desenvolve projetos e programas de educação ambiental para a sustentabilidade, ao abrigo do protocolo de cooperação entre as tutelas da educação e ambiente, desde 1996.



Os critérios de seleção foram os aprovados em sede do GTEAS e divulgados atempadamente.

A rede de docentes desenvolveu múltiplas atividades já em formato presencial, não obstante a ferramenta *online* continuar a ter um peso considerável.

Neste relatório constam algumas das ações desenvolvidas que pretendem exemplificar o trabalho pedagógico desenvolvido pelos 7 docentes/ONGA, ao longo do ano letivo.

O formato dos planos de atividades e dos relatórios desenvolvidos pelos docentes atesta a proposta do GTEAS que acompanha a execução deste protocolo de cooperação.

Os projetos desenvolvidos por esta rede de docentes, apesar de distintos, interligam-se numa lógica de intervenção nacional, com um papel preponderante nos alunos, enquanto público-alvo, refletindo o trabalho desenvolvido com as comunidades escolares.

Esta é uma dinâmica que envolve, para além da comunidade educativa, cada vez mais entidades diversas quer a nível nacional quer regional (tabela 5)

Tabela 5: Entidades parceiras

ONGA	Estabelecimentos de ensino	Municípios e freguesias	Outras entidades	TOTAL
A ROCHA	22	5	18	45
ABAAE	4 781	750	30	5561
ASPEA	2 647	238	290	3 175
FAPAS	144	62	0	206
GEOTA	933	40	30	1 003
LPN	201	21	26	248
QUERCUS	32	141	34	207
TOTAL	8760	1 257	428	10 445

Para além dos alunos e docentes, como atores chave, há que reconhecer o papel de todos os profissionais, cuja participação tem um efeito multiplicador, como monitores de ATL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA, ex. CCDR, CM entre outros (Tabela 6).

Tabela 6: Total de participantes por tipologia						
ONGA	Docente em mobilidade	Docentes	Alunos	Outros profissionais com efeito multiplicador	População em geral	TOTAL
A ROCHA	Paula Banza	221	1 880	139	1 266	3 506
ABA AE	Margarida Gomes	4 861	854 380	250	10 000	869 491
ASPEA	Joaquim Pinto	2 010	197 960	236	25 860	226 066
FAPAS	Isabel Fernandes	933	9 553	627	41	11 154
GEOTA	Carla Pacheco	1 220	9 565	545	3 600	14 930
LPN	Jorge Fernandes	841	8 002	30	658	9 531
QUERCUS	José Janela	275	82 259	316	159	83 009
TOTAL	**	10 361	1 163 599	2 143	41 584	1 217 687

*(Monitores ATAL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA (CCDR, CM, etc...))

*Nota: **estes números são cumulativos. Muitas entidades, como os municípios, trabalham e desenvolvem parcerias com os diferentes docentes e projetos.

7 - AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE

Esta rede de docentes assume o papel de mediação entre as políticas estratégicas das tutelas (ENEA, ENEC, ENCNB 2030, ENF, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, ENEC, AE, OCEPE e Referencial de EAS) e a aplicação concreta e no quotidiano das comunidades escolares, sendo o trabalho desenvolvido pelos docentes em mobilidade acompanhado pelos diferentes organismos representados no GTEAS. Para além da participação direta, enquanto oradores e moderadores nos trabalhos dos principais eventos dinamizados pelos docentes, os representantes das tutelas do Ambiente e da Educação asseguram a participação constante nas sessões de abertura e/ou de encerramento daquelas iniciativas, corroborando a decisiva importância que os projetos e a mobilidade de docentes representam no desenvolvimento da dinâmica pública da educação ambiental.

Para se promoverem modelos demonstrativos e de inovação junto de todas as comunidades escolares, independentemente da sua dimensão ou efeito público, a partilha de recursos e metodologias é uma prática assente entre os docentes da rede. São exemplo as ações partilhadas no terreno, a conjugação de competências específicas em iniciativas, o apoio bibliográfico e a partilha de equipamentos.

Por outro lado, esta rede de docentes em mobilidade procura ainda auxiliar e motivar o trabalho de docentes e alunos nas escolas, interpretando o exigido impulso na flexibilidade curricular.

A 15 de novembro de 2022, via *zoom*, realizou-se a reunião de apresentação dos Planos Anuais de Atividades dos docentes em mobilidade, que faz parte integrante das atividades do GTEAS.

Esta reunião inicial teve também como objetivo planear o ano letivo da rede de docentes. Cada docente partilhou com o grupo as principais metas do seu Plano Anual de Atividades (PAA).

Anualmente, os elementos do GTEAS acompanham, pelo menos, duas das principais ações dinamizadas por cada um dos docentes. No ano letivo 2022/2023, algumas das ações que decorreram foram acompanhadas umas via plataforma digital outras presencialmente.

O relatório anual de atividades de cada um dos 7 docentes está anexo a este documento.

8 - CONCLUSÕES

As tutelas da Educação e do Ambiente, através dos seus organismos, reforçam o seu papel de referência, definindo conteúdos, reconhecendo novas abordagens e práticas inovadoras, bem como estabelecendo bases e linhas estratégicas orientadoras de uma política nacional/agenda para a educação ambiental para a sustentabilidade.

Na observância dos compromissos internacionais, como os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, tal ganhou expressão definitiva com um conjunto de instrumentos de política, nomeadamente a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 e a Estratégia Nacional para as Florestas.

Os diferentes agentes em Portugal, quer públicos quer da sociedade civil, reforçam o compromisso acerca da prioridade que deve ser atribuída à educação ambiental, enquanto aprendizagem para uma forma de vida mais sustentável e instrumento essencial para um futuro mais consciente.

O esforço reiterado que tem sido feito na prossecução dos objetivos do protocolo de cooperação e nos eixos de ação do GTEAS tem permitido salvaguardar os compromissos gerais assumidos.

O reconhecido êxito da ENEA, enquanto estratégia e compromisso nacional para a Educação Ambiental, reforçou a responsabilidade e o compromisso dos seus agentes, emergindo crucial a sua continuidade. Face ao reconhecimento da sua atualidade no que respeita à sua estrutura, princípios, eixos temáticos e medidas parecem reunir-se condições para assegurar a sua natural extensão no tempo. A sugestão já aventada por diferentes agentes da sua prorrogação até 2030 (ENEA 2030) pode assumir-se como fórmula consensual.